

Custos de produção aumentaram além do esperado no primeiro trimestre

Com os impactos da guerra e cadeias de suprimentos ainda debilitadas, os custos e a dificuldade de aquisição dos insumos cresceu acima das estimativas das indústrias do Rio Grande do Sul.

Setor Público Consolidado teve superávit estrutural de 2,37% em 2021

Esse é o primeiro superávit desde 2013 e o melhor Resultado Fiscal Estrutural desde 2008.

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Av. Assis Brasil, 8787 Fone: (051) 3347.8731

UNIDADE DE ESTUDOS ECONÔMICOS

www.fiergs.org.br/indicadores-e-estudos-economicos

As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e inteira responsabilidade dos autores, não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista desta Federação. É permitida a reprodução deste texto e dos dados contidos, desde que citada a fonte. Reproduções para fins comerciais são proibidas.

Custos de produção aumentaram além do esperado no primeiro trimestre

Com os impactos da guerra e cadeias de suprimentos ainda debilitadas, os custos e a dificuldade de aquisição dos insumos cresceu acima das estimativas das indústrias do Rio Grande do Sul.

No início do mês de abril realizamos a Sondagem Industrial Especial RS com o tema: Dificuldades do mercado de insumos e matérias-primas e impactos da guerra. Segundo os resultados, quase toda indústria gaúcha (95,6% das empresas da Transformação e da Construção) registrou aumento de custos com insumos e matérias-primas produzidos no país em março de 2022. O crescimento superou as expectativas de 76,8% das empresas. No mercado internacional não foi diferente: 88,5% das empresas que utilizam insumos e matérias-primas importados perceberam maiores custos, aumento que superou as expectativas em 60,0% das empresas.

Além dos custos, a indústria também enfrentou maiores dificuldades na disponibilidade e/ou na entrega dos insumos em março: no mercado interno, 70,8% das empresas e, no externo, 82,9% das que importam. As dificuldades superaram as expectativas de 34,4% das empresas no primeiro caso e de 46,3% no segundo.

Diante de tais entraves, 68,4% das empresas estão revendo sua estratégia de aquisição de insumos e matérias-primas produzidos no país e 76,7% das empresas que os importam. A principal estratégia é a busca por outros fornecedores no país, utilizada por 46,8% e 44,2% das empresas que compram no mercado interno e no externo.

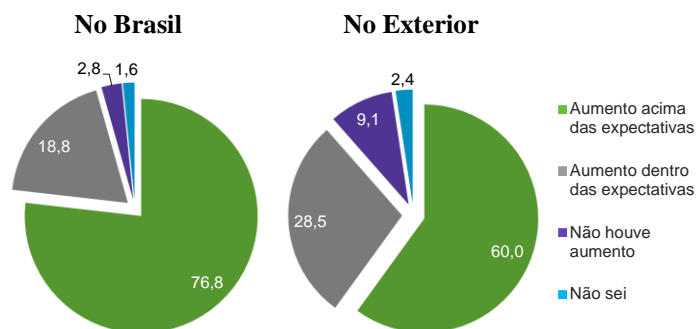
Na opinião da indústria gaúcha, a normalização na oferta de insumos e matérias-primas deverá ocorrer gradativamente até 2023. A normalização deverá ocorrer no segundo trimestre de 2022 para 12,8% das empresas que compram no mercado interno e para 8,0% das empresas que importam, no terceiro para 15,2% e 19,0%, no quarto para 9,6% e 11,7% e somente em 2023 para 30,8% e 35,6%, respectivamente.

A Sondagem também questionou os empresários gaúchos sobre os efeitos do conflito entre a Rússia e a Ucrânia. Os resultados mostraram que a guerra gerou mudanças perceptíveis em 47,2% das empresas gaúchas, sendo quase todas mudanças negativas (45,6%): o aumento dos preços dos insumos e matérias-primas, assinalado por 62,3% das empresas, o aumento do custo de energia (50,9% das empresas), a maior dificuldade em conseguir insumos e matérias-primas (50,0%), as dificuldades logísticas no transporte (42,1%), aumento das taxas de juros (30,7%) e o comportamento da taxa de câmbio (20,2%).

Para os próximos seis meses, 65,2% das empresas acreditam que o conflito vai continuar afetando suas operações, 34,0% do total esperam impactos menos intensos, 24,8% projetam a mesma intensidade e 6,4% preveem efeitos mais intensos.

Custos dos insumos e matérias-primas por origem

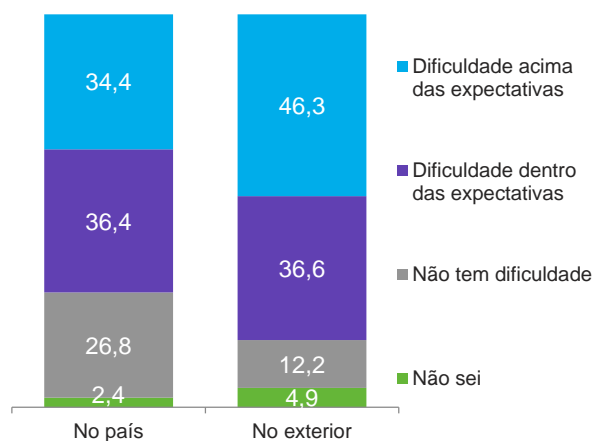
(% de respondentes)



Fonte: UEE/FIERGS.

Disponibilidade e entrega de insumos e matérias-primas

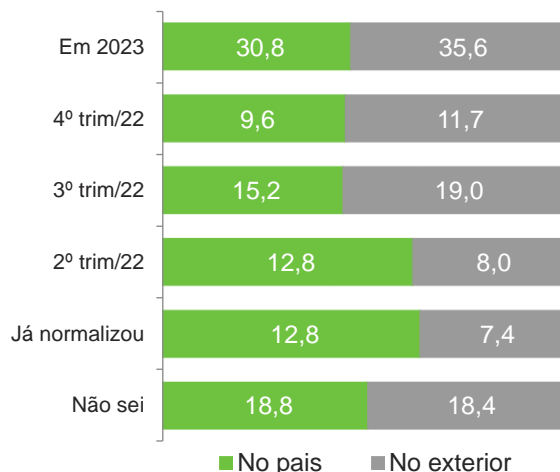
(% de empresas)



Fonte: UEE/FIERGS.

Normalização da oferta de insumos e matérias-primas

(% de respondentes)



Fonte: UEE/FIERGS.

INFORME ECONÔMICO FIERGS

Setor Público Consolidado apresentou superávit estrutural de 2,37% em 2021

Esse é o primeiro superávit desde 2013 e o melhor Resultado Fiscal Estrutural desde 2008.

O elevado nível das *commodities* e a alta inflação doméstica favoreceram enormemente a arrecadação do governo em 2021, que saltou 2,69 pontos percentuais do PIB nesse período. Na ponta das despesas, os gastos extraordinários da pandemia ficaram para trás. Eles se provaram, em grande medida, temporários. E com a regra do Teto de Gastos em vigor (ou o que restou dela), os gastos seguem controlados, o que tem reforçado a melhora conjuntural das contas públicas no resultado fiscal primário do governo.

Na última semana, a Secretaria de Política Econômica (SPE) divulgou Resultado Fiscal Estrutural de 2021, apontando que o Setor Público Consolidado teria registrado um superávit na ordem de 2,37% do PIB em 2021 (R\$ 206 bilhões, aprox.), ante o saldo efetivamente realizado de 0,75% do PIB. Esse indicador consiste no cálculo do resultado primário descontado os efeitos das flutuações cíclicas da economia. Ele também desempenha papel importante para a política fiscal de vários países, sendo, inclusive, utilizado como regra fiscal na União Europeia. Na América Latina, é utilizado como referência para a meta fiscal, por exemplo, por Chile, Colômbia e Peru.

Em termos econômicos, o Resultado Fiscal Estrutural é o nível que seria observado com o PIB no seu nível potencial, o preço do petróleo em equilíbrio e sem receitas e despesas não recorrentes. Por exemplo, em caso de contração do PIB, as receitas caem e o resultado fiscal piora independente da atuação da política econômica. Ao separar esses fatores, o resultado estrutural mede a ação discricionária (decisões de gastos e tributação de um governo que visam a estimular a economia mais diretamente) da política econômica sobre a política fiscal.

Por trás do número fechado de 2,37%, o cálculo parte do patamar positivo de primário em 0,75% do PIB (valor observado em 2021), desconsiderados os efeitos de eventos fiscais não recorrentes (correspondentes a 1,16% do PIB), nível de atividade econômica e flutuações do preço internacional do barril de petróleo em 0,47% do PIB.

Além disso, o resultado também deriva o Impulso Fiscal Estrutural, que representa a ação discricionária da política fiscal em cada período. Assim, considerando a variação do Resultado Fiscal Estrutural entre 2020 e 2021, o Impulso foi negativo em 2,87% do PIB, apontando que as condições de solvência do setor público consolidado melhoraram (esforço fiscal positivo e impulso fiscal estrutural contracionista). Em paralelo, no Governo Central, a contribuição foi de 1,92 p.p. do PIB, e, nos entes federados, de 0,96 p.p. do PIB.

Fiscal mais robusto vira mais gasto em ano eleitoral? Em face a essa arrecadação extraordinária, estamos vendo o governo anunciar programas de

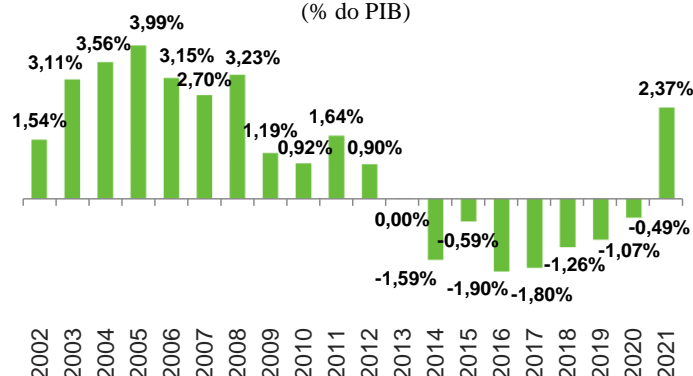
incentivo ao consumo e à renda e uma série de desonerações para desacelerar a taxa de inflação. São cerca de R\$ 250 bilhões de impulso no curto prazo, via antecipação de 13º salário, liberação de FGTS, subsídios e renúncias fiscais, (reduções do IPI, das alíquotas de importação, PIS/PASEP, Cofins, entre outros), impulso ao crédito de bancos estatais, impulso de renda via Auxílio Gás Social e programa Auxílio Brasil. Acreditamos que esse impulso de curto prazo melhorará a atividade doméstica já neste segundo trimestre do ano. Esses estímulos fazem parte, em grande influência, dos nossos números de PIB projetados para esse ano, em 1,3%, com viés de alta.

O ciclo positivo de *commodities* em conjunto com a reabertura da economia sem dúvidas está ajudando a melhorar os números fiscais no Brasil. Estamos rodando com uma dívida bruta abaixo de 80% do PIB (o FMI projetava, em 2020, que chegaria a 100% do PIB), bem melhor do que projetávamos há 12 meses. O elevado deflator do PIB, trouxe essa melhora conjuntural e ficamos melhor que os pares no relativo. Inclusive, em termos relativos, nossa inflação, apesar de elevada, também apresenta um “delta” menor, corroborando com essa visão.

Mas melhora conjuntural não é melhora estrutural, e tais medidas de desoneração, sem redução correspondente nas despesas, são uma bomba relógio. Por isso, não podemos esquecer os gargalos a serem equacionados para o Brasil entrar, de fato, numa curva sustentável de dívida. O ajuste primário relevante das contas públicas, da ordem de 2,5% do PIB, precisa ser endereçado para destravarem nosso anêmico crescimento potencial de cerca de 1,0% a 1,5% do PIB.

Nesse sentido, para ficar mais otimista com o fiscal à frente, precisamos esperar os desdobramentos das eleições e ver qual será a proposta econômica que será posta na mesa. Será que vamos seguir uma nova agenda, ter um novo pacto fiscal, com reformas estruturantes, que permitam o Brasil sair da armadilha histórica de baixo crescimento? Torcemos que este seja o primeiro Resultado Fiscal Estrutural positivo de muitos a serem comemorados.

Resultado Estrutural do Setor Público Consolidado (% do PIB)



Fonte: Secretaria de Política Econômica (SPE).

DADOS E PROJEÇÕES PARA A ECONOMIA BRASILEIRA

Últimas previsões atualizadas.

	2018	2019	2020	2021	2022*
Produto Interno Bruto Real (% a.a.)¹					
Agropecuária	1,3	0,4	3,8	-0,2	2,2
Indústria	0,7	-0,7	-3,4	4,5	0,4
Serviços	2,1	1,5	-4,3	4,7	0,6
Total	1,8	1,2	-3,9	4,6	0,6
Produto Interno Bruto Real (Em trilhões correntes)					
Em R\$	7,004	7,389	7,468	8,679	9,347
Em US\$ ²	1,916	1,873	1,448	1,609	1,782
Inflação (% a.a.)					
IGP-M	7,6	7,3	23,1	17,8	12,3
INPC	3,4	4,5	5,4	10,2	7,0
IPCA	3,7	4,3	4,5	10,1	7,1
Produção Física Industrial (% a.a.)					
Extrativa Mineral	0,0	-9,7	-3,4	1,1	1,2
Transformação	1,1	0,2	-4,6	4,3	1,9
Indústria Total³	1,0	-1,1	-4,5	3,9	1,5
Empregos Gerados – Mercado Formal (Mil vínculos)					
Agropecuária	2,2	13,0	36,6	140,9	25,6
Indústria	23,9	97,2	148,9	719,9	157,8
Indústria de Transformação	1,2	13,2	47,8	439,0	109,7
Construção	11,4	70,7	97,7	244,8	37,3
Extrativa e SIUP ⁴	11,2	13,3	3,5	36,2	10,8
Serviços	520,2	533,8	-377,0	1.869,8	430,4
Total	546,4	644,1	-191,5	2.730,6	613,8
Taxa de desemprego (%)					
Fim do ano	11,7	11,1	14,2	11,1	10,5
Média do ano	12,4	12,0	13,8	13,2	11,4
Setor Externo (US\$ bilhões)					
Exportações	231,9	221,1	209,2	280,4	295,9
Importações	185,3	185,9	158,8	219,4	226,4
Balança Comercial	46,6	35,2	50,4	61,0	69,5
Moeda e Juros					
Meta da taxa Selic – Fim do ano (% a.a.)	6,50	4,50	2,00	9,25	13,25
Taxa de Câmbio – Desvalorização (%) ⁵	17,1	4,0	28,9	7,4	-0,5
Taxa de Câmbio – Final do período (R\$/US\$)	3,87	4,03	5,20	5,58	5,55
Setor Público (% do PIB)					
Resultado Primário	-1,6	-0,8	-9,4	0,8	-1,0
Juros Nominais	-5,4	-5,0	-4,2	-5,2	-6,5
Resultado Nominal	-7,0	-5,8	-13,6	-4,4	-7,5
Dívida Líquida do Setor Público	52,8	54,7	62,5	57,3	62,3
Dívida Bruta do Governo Geral	75,3	74,4	88,6	80,3	83,1

Fontes: IBGE, BCB, FGV, ME, MTP, STN. * Projeções da Unidade de Estudos Econômicos – FIERGS. ¹ O PIB Total é projetado a preços de mercado; os PIBs Setoriais são projetados a valor adicionado. ² Taxa de câmbio média anual utilizada para o cálculo e IPCA utilizado como inflação. ³ Não considera a Construção Civil e o SIUP. ⁴ SIUP = Serviços Industriais de Utilidade Pública. ⁵ Variação em relação ao final do período anterior.

Informações sobre as atualizações das projeções:

Não houve alterações.

DADOS E PROJEÇÕES PARA A ECONOMIA DO RIO GRANDE DO SUL

Últimas previsões atualizadas.

	2018	2019	2020	2021	2022*
Produto Interno Bruto Real (% a.a.)¹					
Agropecuária	-7,1	3,0	-29,5	67,5	-40,0
Indústria	2,8	0,2	-5,6	9,7	-1,4
Serviços	2,6	0,8	-4,6	4,1	0,5
Total	2,0	1,1	-6,8	10,4	-4,0
Produto Interno Bruto Real (Em bilhões correntes)					
Em R\$	457,294	482,464	480,173	582,968	599,384
Em US\$ ²	125,108	122,282	93,107	108,059	114,249
Empregos Gerados – Mercado Formal (Mil vínculos)					
Agropecuária	-1,4	-0,1	0,5	3,4	0,9
Indústria	1,5	-5,5	-0,2	47,5	9,2
Indústria de Transformação	0,9	-1,5	0,1	42,9	7,4
Construção	0,9	-4,0	-0,2	5,2	1,4
Extrativa e SIUP ³	-0,2	0,0	0,0	-0,7	0,4
Serviços	20,4	26,0	-42,9	89,4	19,0
Total	20,5	20,4	-42,5	140,3	29,2
Taxa de desemprego (%)					
Fim do ano	7,5	7,3	8,6	8,1	7,6
Média do ano	8,2	8,1	9,3	8,7	8,1
Setor Externo (US\$ bilhões)					
Exportações	21,0	17,3	14,1	21,1	22,4
Industriais	15,1	12,5	10,5	14,1	15,1
Importações	11,3	10,3	7,6	11,7	12,8
Balança Comercial	9,8	6,9	6,5	9,4	9,6
Arrecadação de ICMS (R\$ bilhões)					
	34,8	35,7	36,2	45,7	49,5
Indicadores Industriais (% a.a.)					
Faturamento real	2,7	3,0	-3,1	8,7	1,6
Compras industriais	10,0	-2,7	-5,5	31,0	4,2
Utilização da capacidade instalada (em p.p.)	1,6	0,7	-4,6	5,7	0,3
Massa salarial real	-1,3	-0,8	-9,3	4,6	0,4
Emprego	0,9	0,0	-1,9	6,7	1,4
Horas trabalhadas na produção	0,0	-1,0	-5,7	15,1	3,3
Índice de Desempenho Industrial – IDI/RS	2,6	0,1	-4,8	12,8	1,7
Produção Física Industrial⁴ (% a.a.)					
	5,9	2,5	-5,5	8,8	1,0

Fontes: DEE/Seplag-RS, IBGE, BCB, ME, MTP, SEFAZ-RS, UEE/FIERGS. * Projeções da Unidade de Estudos Econômicos – FIERGS. ¹ O PIB Total é projetado a preços de mercado; os PIBs Setoriais são projetados a valor adicionado. ² Taxa de câmbio média anual utilizada para o cálculo e IPCA utilizado como inflação. ³ SIUP = Serviços Industriais de Utilidade Pública. ⁴ Não considera a Construção Civil e o SIUP.

Informações sobre as atualizações das projeções:

Não houve alterações.